

Arinos acha partidos desajustados em relação às exigências sociais

O Presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Afonso Arinos, advertiu ontem que os partidos estão "em completo desajuste" com a situação de pressão social no País e que esta pressão tem que "modelar a representação", usando a força que exerce sobre as agremiações políticas.

— Todas essas manifestações de participação social, que começaram com as comunidades eclesiais de base e ocorrem também nas associações de donas-de-casa, consumidores e moradores, não são representadas no regime jurídico, porque não emanam do processo eleitoral, mas são participativas no sentido social. A grande questão é absorver essa participação no quadro da representação — analisou.

Arinos disse que os trabalhos da Comissão certamente serão influenciados pela mobilização da sociedade decorrente do Plano de Estabilização da Economia. Disse também ter feito uma avaliação aprofundada e orientada do significado dessa transformação econômica e das suas conseqüências no campo institucional.

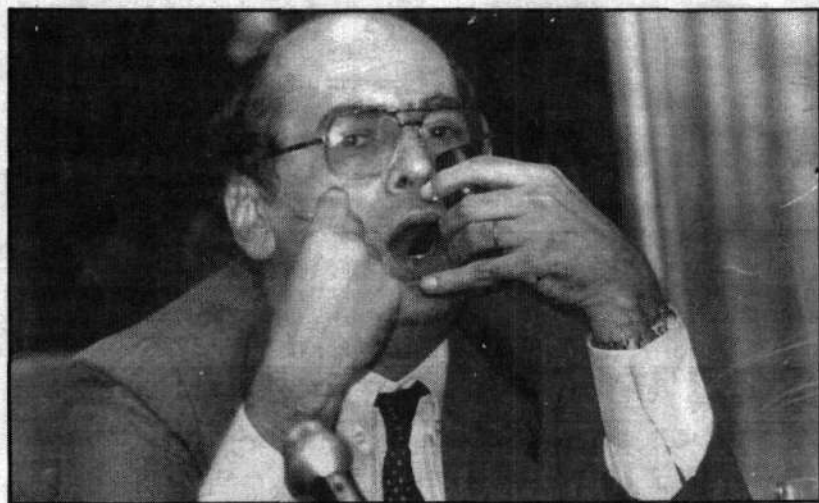
— Está havendo uma dilatação do papel da sociedade, uma tendência verificada no mundo. A concepção tradicional das funções do Estado está sendo deslocada pela presença de influência social, que excede em muito os parâmetros antes concebidos para as fronteiras da ação do Estado.

Arinos enfatizou que essa "invasão dos territórios jurídico e político pela pressão social" é uma característica da época e tem repercussões no campo institucional.

Saulo anuncia que Plano será aperfeiçoado

O Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, que está no Rio acompanhando a reunião da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, deverá retornar amanhã a Brasília para redigir as propostas da equipe econômica do Governo de correção das imperfeições do Plano de Estabilização da Economia. Segundo informou, o Governo está colhendo todos os dados sobre os pontos vulneráveis do plano e os economistas se dedicarão amanhã e na quinta-feira à solução dos problemas pendentes.

Saulo Ramos afirmou que o Governo está aberto para corrigir as deficiências do programa, mas des-



O Procurador-Geral da República diz que os gastos eleitorais devem ser contidos

Pertence: Clima será favorecido pelo sucesso do Programa de Estabilização

O Procurador-Geral da República, Sepúlveda Pertence, disse ontem que o Plano de Estabilização da Economia influirá positivamente no clima para a Constituinte, porque, se ela se reunisse sob hiperinflação, correria o risco de ser dominada por uma resposta à conjuntura e de perder o "caráter de reflexão global, voltada para o futuro, para o desenho das instituições".

Segundo Pertence, é fundamental, tanto quanto possível, que a Constituinte não se reúna num ambiente de crise conjuntural.

— O plano está obtendo o êxito que o País deseja, e isso é importante — destacou.

Pertence observou, entretanto, que o plano é um objetivo aquém da grande aspiração nacional, que é a

realização de um projeto de modernização da sociedade.

Quanto aos estudos sobre o abuso do poder econômico nas eleições, feitos por um grupo de integrantes da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Pertence disse que foram importantes na medida em que chamaram a atenção do Governo para o assunto.

O Procurador-Geral afirmou que sempre se recusou a "vender a ilusão" de que o poder econômico nas eleições seria eliminado. Mas entende que pode ser feito um esforço para contê-lo, com o estabelecimento do limite de gastos na campanha e com a revelação desses gastos.

— Que pelo menos o eleitor saiba o quanto foi gasto e de onde vêm os recursos — frisou.

tacou que "não podemos abrir fissuras, senão o plano não dá certo". Ele disse que as imperfeições foram o preço que se pagou pelo sigilo e que o Governo está ouvindo "todas as reclamações e sugestões".

Embora admitindo que o congelamento dos salários pelo pico seria, em tese, o ideal, Saulo Ramos sustentou que o grande segredo do Plano foi a conversão dos salários pela média de remuneração real.

— Isso evita uma possível inflação de demanda, que é a mais violenta, e aí explode o caldeirão dos preços. Se os salários fossem congelados pelo pico, todo mundo passaria a com-

prar adoidado e haveria uma massa de procura muito grande para um parque industrial e agrícola despreparado — explicou.

Saulo Ramos acrescentou que com o capital indo para a indústria, o comércio e a lavoura, espera-se que a oferta aumente, "e aí haverá tranquilidade quanto à inflação de demanda".

Entre os problemas que estão sendo examinados pelo Governo, Saulo Ramos citou os aluguéis comercial e residencial e o congelamento dos preços à vista. Neste caso, segundo ele, como os reajustes ocorreram em épocas distintas, há produtos similares com preços diferentes.

Comissão elimina contradições e superposições

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais passou a tarde de ontem discutindo como compatibilizar os trabalhos dos dez comitês temáticos em que se subdividiu e resolveu realizar hoje à tarde uma reunião entre os coordenadores e relatores para eliminar as contradições e as superposições verificadas. Pela manhã, a maioria dos comitês se dedicará à redação final de suas propostas, enquanto os grupos que examinam Poder Legislativo e organização partidária e Poder Judiciário e Ministério Público concluirão os estudos.

Na quinta-feira, os temas deverão ser levados ao plenário da Comissão. Até lá os comitês discutirão os

itens que permanecerem polêmicos após a primeira avaliação dos coordenadores e relatores.

Ontem, o professor Cândido Mendes contestou uma série de questões formais sobre os trabalhos dos comitês, como a inclusão de matérias que são objeto de lei complementar e ordinária, a divergência quanto a definições — como a que ocorreu entre dois comitês sobre a função social da propriedade — e o tratamento de um mesmo item por dois comitês.

Durante a reunião, o reverendo Guilhermino Cunha, Presidente da Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro, sugeriu que a proposta da Comissão seja submetida ao povo, pa-

ra que "encontre a base". A idéia foi recebida com reserva pelo Presidente da Comissão, Afonso Arinos, sob a alegação de que teria caráter de referendo popular.

Além do que já foi analisado, há propostas novas, como a do jurista Pinto Ferreira, que prevê lei controlando a atuação das multinacionais e do capital estrangeiro, e a do Colégio dos Procuradores-Gerais dos Estados, que amplia as suas atribuições. E mesmo nos comitês cujo trabalho é dado por concluído poderão ocorrer novas discussões, como no que examina a Defesa do Estado, da sociedade civil e das instituições democráticas.